



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE CAPANEMA**

PARECER JURÍDICO

PROCESSO : **Inexigibilidade 03/2019-070101, serviços técnicos e especializados em consultoria**
SOLICITANTE : **Comissão de Licitação**

Através de despacho a CPL solicitou parecer desta assessoria quanto a inexigibilidade para contratação da empresa F DE LIMA M DA ROCHA – ME.

O Processo segue sua ordem com o ofício 002/2019 da diretora administrativa solicitando proposta de preços a empresa em análise.

Foi juntado termo de referência, com os fundamentos e justificativas quanto a necessidade da contratação, forma de pagamento dos trabalhos, com estipulação do prazo da contratação e disposições sobre a rescisão.

Juntada de ofício ao presidente da Casa de Leis narrando a necessidade realização do processo de contratação.

Ato seguinte o Exmo. Senhor Presidente despacha solicitando algumas informações quanto à adequação orçamentária e financeira; compatibilidade e saldo orçamentário.

O departamento contábil responde assertivamente quanto aos itens questionados e opina pelo regular prosseguimento do processo.

Através do Ofício 09/2019 o Sr. Presidente da CMC comunica e envia as informações para ao final autorizar o prosseguimento do procedimento.

A empresa F DE LIMA M DA ROCHA – ME. Junta proposta comercial, documentos e certidões.

A CPL despacha pelo prosseguimento da licitação com o termo de inexigibilidade de licitação

Acima consta o resumo dos atos e fatos acerca da solicitação de parecer desta assessoria jurídica.

Da inexigibilidade

Essa modalidade de contratação segue regramento disposto na Lei de Licitações como abaixo se colaciona:

Assim dispõe o artigo [25](#) da Lei nº. [8.666/93](#):

“Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato”.

2

A própria Lei que define as hipóteses de inexigibilidade de licitação, também define quais são os serviços técnicos especializados, em seu artigo 13, conforme abaixo transcrito:

“Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

I - estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos;

II - pareceres, perícias e avaliações em geral;

III - assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

IV - fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;

V - patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;

VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;



VII - restauração de obras de arte e bens de valor histórico.

VIII - (Vetado). [Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994](#)

O objetivo da existência das licitações é o de atender aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como manter a lisura dos gastos do dinheiro público e permitir a igualdade de condições entre os particulares que desejam contratar com o Poder Público.

O objeto desta contratação é o que a própria legislação classifica e permite sejam feitas sem a exigência do procedimento licitatório, nos termos apresentados acima.

Conclusão:

Por todo o exposto acima, seguindo as linhas das orientações legais já citadas, e, atendidas as recomendações esta Assessoria Jurídica **opina** pela legalidade e pela regular tramitação do Processo ora em análise, por inexistirem vícios de natureza material ou formal que impeçam a sua contratação.

É o parecer meramente opinativo.

3

Capanema/PA, 15/02/2019.

ALDREI MÁRCIA PANATO

ASSESSORIA JURÍDICA

OAB/PA nº 9294

